

14º Seminário Nacional Sociologia & Política

Saberes em Confluência

GT 06 - Pensamento Político na América Latina

O Estado de São Paulo em evidência: as eleições de 2022 e as classes.

Kim Fraga Lima¹

INTRODUÇÃO

A eleição presidencial de 2022 foi uma eleição crítica. Foi a primeira disputada entre dois candidatos que já exerceram mandatos presidenciais: Luiz Inácio Lula da Silva, presidente do Brasil entre 2003 e 2010 pelo Partido dos Trabalhadores (PT), e o candidato à reeleição Jair Messias Bolsonaro pelo Partido Liberal (PL). Esta foi a primeira vez da Nova República que um candidato à reeleição não permanece no cargo para o segundo mandato, perdendo por uma margem de 1,66% dos votos. Cenário vastamente diferente do pleito anterior, onde venceu por 56% a 44% contra Fernando Haddad, presidenciável pelo PT que substituiu Lula após sua prisão ter sido determinada pelo STF em segunda instância. A diferença fica ainda mais clara em números: Lula com 60.345.999 votos contra 58.206.354 de Bolsonaro; 4 anos antes, Bolsonaro fez 57.797.847 votos contra 47.040.906 de Haddad, com 10 milhões à frente do candidato petista da ocasião. Por apenas 2 milhões de votos, impediu-se o retrocesso ou *backsliding* da democracia brasileira (Melo, 2024), com a derrota de um presidente com características autoritárias e pretensões golpistas. O resultado impressiona por si só pela pequena margem na qual ele se deu, mostrando uma sociedade

¹ Graduado e licenciando em Ciências Sociais pela USP, bolsista PIBIC/CNPq 158392/2025-6 orientado por Prof. Dr. André V. Singer, kimfragalima@usp.br

dividida ao meio, sem precedentes na história política brasileira. Esse fato nos faz questionar o que e *quem* mudou seu voto para que isso tenha ocorrido.

A partir dos dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), é possível observar regiões onde o apoio para cada candidato foi predominante. A região Nordeste votou de forma expressiva em Lula, que também teve apoio em lugares da região Norte (especialmente Amazonas, Amapá e o norte do Pará). Por outro lado, a região Sul, Sudeste e Centro-Oeste votaram principalmente em Bolsonaro – exceto pelo interior de Minas Gerais. A tese do realinhamento eleitoral parte do fato de que a política do PT de diminuição lenta da miséria (através do aumento do salário mínimo, da criação e expansão do Bolsa Família e do crédito consignado) sem rompimento com a ordem institucional conquistou o apoio dos mais pobres do país – isto é, do subproletariado, camada da sociedade que vende sua força de trabalho em condições que não asseguram sua reprodução normal (Singer, 2012, p. 77) –, enquanto perde apoio da classe média e alta, que anteriormente constituía sua base eleitoral e move-se em direção do Partido da Social-Democracia Brasileira (PSDB) (Singer, 2012, p. 62-3). Essa mudança de base social dos partidos acontece também a nível geográfico, devido ao nível da pobreza da região Nordeste, que comporta a maior parte dos municípios mais pobres no país. Por sua vez, observamos duas questões importantes que aparecem como constitutivas da tese do realinhamento: que a eleição é uma manifestação da luta de classes de forma democrática; e que ela se dá de forma histórica.

Essa primeira questão está presente desde o trabalho seminal de Marx: o 18 de Brumário de Luís Bonaparte (2011 [1852]). Nele, o autor apresenta como a luta de classes está intimamente ligada ao processo político institucional, com o desenrolar e fim da república se dando não meramente ao jogo parlamentar, mas pelo próprio conflito entre as classes e frações de classe representadas na Assembléia Nacional, na Constituinte e no Poder Executivo. Por trás dos representantes eleitos, então, encontram-se a burguesia monarquista, republicana, a pequena-burguesia, o proletariado e o campesinato; todas dotadas de interesses que se aproximam e se afastam, não por sua configuração como partido, mas como representantes de uma classe ou outra. Marx busca demonstrar que a constante luta do Partido da Ordem contra a Montanha é, no fundo, a luta da burguesia contra a possível instauração da república social demandada pelo proletariado parisiense que ronda todo o período republicano – luta que surge por conta instauração do sufrágio universal, que finalmente inclui o

proletariado na luta pelo poder político. Similarmente, a impossibilidade da junção entre as casas monarquistas – Bourbon e Orléans – se dão não por intrigas pessoais e particulares, mas pela incompatibilidade das suas propriedades: a propriedade fundiária e a propriedade industrial, ou seja, diferentes frações da burguesia. Mas por serem, justamente, frações da *burguesia*, elas conseguem atuar de forma conjunta na destruição do poder proletário, incluindo o fim do sufrágio universal. Não precisamos incluir uma análise do papel de Luís Bonaparte e o campesinato, pois o principal foi exposto: as eleições escondem, no fundo da política partidária e eleitoral, a luta de classes.

A análise política, portanto, depende da análise dessas classes, entendo que as eleições são uma forma de organizar a luta entre elas. Cremos, aqui, compartilhar das visões de Armando Boito Jr. (2007) que, analisando o 18 de Brumário e chamando o processo político institucional de cena política, identifica esse caráter duplo da política democrática que ao mesmo tempo articula e dissimula os interesses de classe. Articula, pois coloca as classes em uma situação particular de luta que implica em alianças e disputas com frações distintas (Boito Jr., 2007, p. 145-7); dissimula, pois o Estado Capitalista, ao estabelecer a igualdade jurídica e social entre todos os cidadãos e permitir a entrada de todas as classes ao Estado, esconde esse mesmo caráter burguês – inclusive, com os partidos representantes da burguesia não se anunciando como tal (Boito Jr., 2007, p. 139-40). Nesse sentido, os interesses de classe devem ser “descobertos” para que se entenda o que realmente se passa na cena política, superficial.

De forma similar, Lipset afirmou, em seu livro sobre comportamento eleitoral, *The Political Man* (1960), que em toda democracia moderna, “o conflito entre diferentes grupos se expressa por partidos políticos que basicamente representam uma ‘tradução democrática da luta de classes’” (Lipset, 1960, p. 220), onde apesar da aparente renúncia ao conflito explícito os partidos continuam representando os interesses de classes diferentes. Isso não significa que outras divisões não são importantes – como religião, gênero, idade, etnia –, mas que o ponto basilar do conflito democrático são as classes. Além disso, o autor enfatiza: fatores étnicos e religiosos também possuem, em certos países, fundos de classe. Novamente, entende-se que por trás da política democrática encontramos interesses de classe, que podem não se apresentar imediatamente como tal, porém que a moldam e organizam.

Enquanto isso, para Przeworski: “[A]s eleições [...] não constituem simplesmente uma expressão pacífica de lutas de classes. São uma forma de organização dessas lutas. As classes [...] se organizam de um modo específico” (Przeworski, 1991, p. 304). A democracia capitalista, para o autor, é uma forma relativamente autônoma do Estado capitalista que permite, com certa limitação, a satisfação de interesses materiais de diferentes grupos sociais localizados no processo produtivo (Idem, p. 172). Ela permite, assim, que os trabalhadores reivindiquem, através do voto, um gerenciamento da acumulação capitalista a seu favor – ao mesmo tempo que permite que a burguesia também faça o mesmo. É essa possibilidade, por sua vez, que permitiu a social-democracia a estabelecer o compromisso de manutenção do capitalismo enquanto busca abrandar seus efeitos, aumentando a produtividade e o lucro dos capitalistas, ao mesmo tempo que melhora as condições de vida dos trabalhadores (Idem, p. 59-61). Impressiona a similaridade da análise do compromisso de classe da social-democracia com o pacto conservador do lulismo que, ao mesmo tempo que buscou a erradicação da pobreza, o fez sem conflito com o capital, aumentando seus lucros. A semelhança da solução não escapa nem a Singer, nem a Przeworski: trata-se de solução bonapartista ou cesarista.

Contudo, um dado momento histórico e as condições da luta de classes influencia o movimento das classes em relação aos partidos políticos. Lipset (1960) afirma que historicamente, os mais pobres votam na esquerda enquanto os mais ricos votam na direita. Na história brasileira, encontramos mudanças ao longo do tempo que mostram que isso depende de condições específicas. Na República de 1945, o voto do PTB estava condicionado ao voto da classe trabalhadora urbana, que cresceu aos solavancos durante esse período democrático. Concomitantemente, diminuía o voto da UDN, que dependia do voto da classe média urbana, e o voto do PSD, que dependia do voto do interior dominado pela política coronelista. Após o golpe militar, demorou-se 10 anos até que o bipartidarismo refletisse as classes, com o MDB representando os mais pobres e o ARENA os mais ricos. Com a abertura democrática e o fim do bipartidarismo em 1978, levaria ainda a eleição de 2006 para que uma estrutura similar à de 1945 se repetisse: PT representando os mais pobres, PSDB a classe média urbana e o PMDB, o interior (Singer, 2018). O ponto é que, como enfatizado por Singer (2012), o Partido dos Trabalhadores tinha uma base social de classe média até a eleição de 2002 – cujo atribui ao reformismo forte, que buscava mudanças estruturais a partir do conflito com o capital – atraindo a sua base subproletária apenas no exercício do poder –

solução a partir do alto que substituiu o conflito pela conciliação; o reformismo forte pelo reformismo fraco; substituindo sua política, substituiu também sua base, que não queria transformar a sociedade capitalista, mas integrar-se à ela (Singer, 2012, p. 196).

Contudo, consideramos até agora apenas um período específico da política brasileira, que correspondia à polarização PT-PSDB, que durou entre as eleições de 2006-2014 – período que teria tirado a esquerda e direita, a “expressão democrática da luta de classes” (Singer, 2012, p. 212) de cena pela polarização entre ricos e pobres, que seria desmobilizante – acabando após o golpe de Dilma e a operação lava-jato, quando os dois partidos perderam força. Em 2018, vão à disputa o PT, que apesar das derrotas políticas volta à concorrer ao segundo turno da eleição presidencial, e o Partido Social Liberal (PSL), de Jair Bolsonaro. Em 2022, novamente aparece o PT, encabeçado por Lula; mas Bolsonaro volta pelo PL. A mudança de partidos políticos competitivos não implicaria mudanças no voto de classe? Olhando para a pesquisa de opinião do Datafolha de 2018, a resposta é não: a única faixa do eleitorado que deu vitória ao Haddad foi a que recebe até 2 Salários Mínimos de renda, e a única região foi a do Nordeste². Quanto à eleição de 2022, repete-se o fato (Singer, 2023; Borenstein, 2024; Avritzer *et al.*, 2023). Temos então que a base social do PT permanece a mesma desde 2006, e que a base então do PSDB se deslocou para o PSL, e posteriormente, o PL – a partir da figura de Jair Bolsonaro, personagem inédito na política nacional que passou, assim, a representar a classe média e os mais ricos. Isso confirma, então, uma continuidade da polarização entre pobres e ricos, *a despeito do fim da polarização PT-PSDB*³.

A despeito da força do lulismo dar-se na região Nordeste, grande parte da diferença de votos entre 2018 e 2022 veio do Sudeste: ali, o candidato à reeleição perdeu 1,3 milhão de votos, o equivalente a 11,1 pontos percentuais (Moura e Trevisan, 2024). No maior colégio eleitoral do país, São Paulo, perdeu-se 12,73% entre 2018 e 2022 – passando de 68% para 55% dos votos válidos, ou de 15 milhões para 14 milhões de votos válidos. Isso indica que o candidato do PL não sofreu apenas com o aumento do voto da oposição, mas também por

² Pesquisa Datafolha 2018: Confira os resultados das pesquisas para presidente, governador e senador. Disponível em: <https://arte.folha.uol.com.br/poder/eleicoes-2018/pesquisa-datafolha/#/presidente/segundo/brasil/intencao-de-voto-estimulada-votos-validos/total/total/total>. Acesso em: 09/04/2026

³ É interessante também que essa polarização traz de volta a questão do posicionamento político, com aumento na identificação tanto da esquerda quanto da direita. A esse respeito, ver Singer (2021) e Souza e Freitas (2024).

uma diminuição da sua própria base eleitoral, sendo o estado de São Paulo o lugar em que este recuo foi o mais significativo. Exemplo-mor é a capital paulista, lugar infrutífero para a candidatura petista desde 2002, que acabou por dar vitória à Lula nessa eleição. Além disso, houveram aumentos significativos na votação do candidato petista em cidades como Campinas, Araraquara, Santos e cidades da Região Metropolitana de São Paulo. Tudo isso nos leva à pergunta de pesquisa: quais os motivos para o recuo do voto bolsonarista no estado de São Paulo?

A primeira hipótese explicativa provém dos dados indicados acima e da aparência generalizada que o recuo do bolsonarista se deu, que seria que o eleitorado paulista passou a rejeitar *em geral* o candidato do PL. Essa diminuição pode ter se dado pela sua gestão da pandemia, que teria impactado negativamente a percepção sobre sua gestão (Moura e Trevisan, 2024). A segunda hipótese provém da constatação da bibliografia das eleições de 2022, que diz que os votos do Lula vieram dos eleitores mais pobres e menos escolarizados – que é, também, da tese do realinhamento. No entanto, enquanto esta buscou as mudanças no plano nacional e identifica (corretamente) os mais pobres do nordeste como a base para o apoio do lulismo, esse trabalho busca identificar o peso e o papel dos mais pobres mesmo em uma região que não é tradicionalmente associada como lulista. As pesquisas sobre as eleições municipais da capital paulista nos mostram, por exemplo, que a polarização entre ricos e pobres (assim como região rica e região pobre) também se manifesta municipalmente (Figueiredo et al, 2002; Limongi e Mesquita, 2008; Medeiros, 2013; Silotto, 2017), havendo núcleos duros de sustentação do PT e do PSDB na cidade entre 2000 e 2012 (Guarnieri e Zolnerkevic, 2023) – mostrando o peso do lulismo na cidade mais rica do país.

Também temos uma terceira hipótese, seguindo a afirmação de Nunes e Traumann (2024), de que Lula pegou de volta os “liberais sociais” que Bolsonaro tinha ganho na última eleição. A vitória das últimas duas eleições se daria, então, por um pequeno contingente de eleitores de classe média sem filiação eleitoral clara e não pelos polos “calcificados” da esquerda e direita.

Para responder à pergunta de pesquisa, foi utilizado o método de análise de *survey* da véspera do segundo turno das eleições presidenciais de 2018 e 2022. Trata-se, evidentemente, de análise comparativa que busca entender os deslocamentos de classe e outras clivagens entre as duas eleições: renda, gênero, escolaridade, religião, faixa etária e recebimento do

Auxílio Brasil (AB). Apesar de figurar na pesquisa de 2018, raça não foi incluída na de 2022, impossibilitando o estudo desse marcador social. Similarmente, não foi questionada a religião dos entrevistados em 2018, mas por ter sido incluída na de 2022 e pela religião ter sido componente importante para o debate desta última eleição optamos por analisá-la.

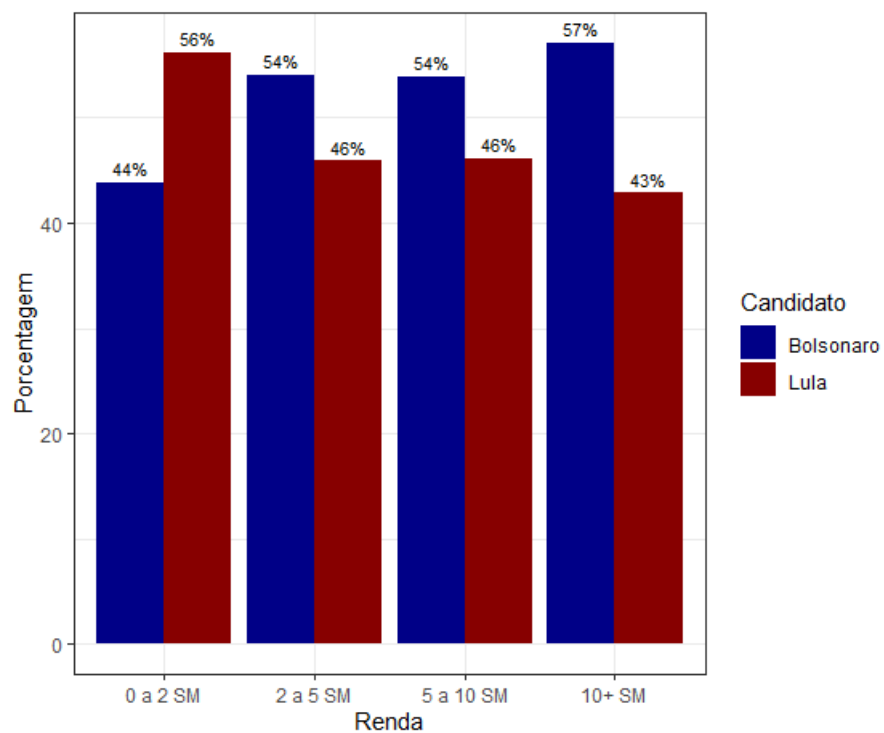
Essa pesquisa em andamento busca inserir-se no debate das eleições de 2022 e da tese do realinhamento eleitoral, investigando os possíveis fatores para seu resultado. Enquanto a maior parte da bibliografia deste pleito analisa-o nacionalmente, aqui busca-se encontrar mudanças regionais que tiveram pouca atenção: apesar de alguns autores enfatizarem o papel de São Paulo e da região Sudeste (Moura e Trevisan, 2024; Nunes e Traumann, 2024), não foi encontrado nenhuma análise de pesquisa de opinião sobre o estado de São Paulo – o que significa que o maior colégio eleitoral do país, em uma das regiões mais responsáveis pela diminuição do voto bolsonarista, não foi estudado a fundo. A partir dessa investigação, imaginamos que será possível comparar os resultados com a da política nacional, encontrando semelhanças e diferenças entre o comportamento eleitoral nos níveis estaduais e federais.

DESENVOLVIMENTO

Analisaremos as eleições de 2022 em São Paulo com o resto do país. Em seguida, compararemos o resultado do estado em 2022 contra o resultado do estado em 2018.

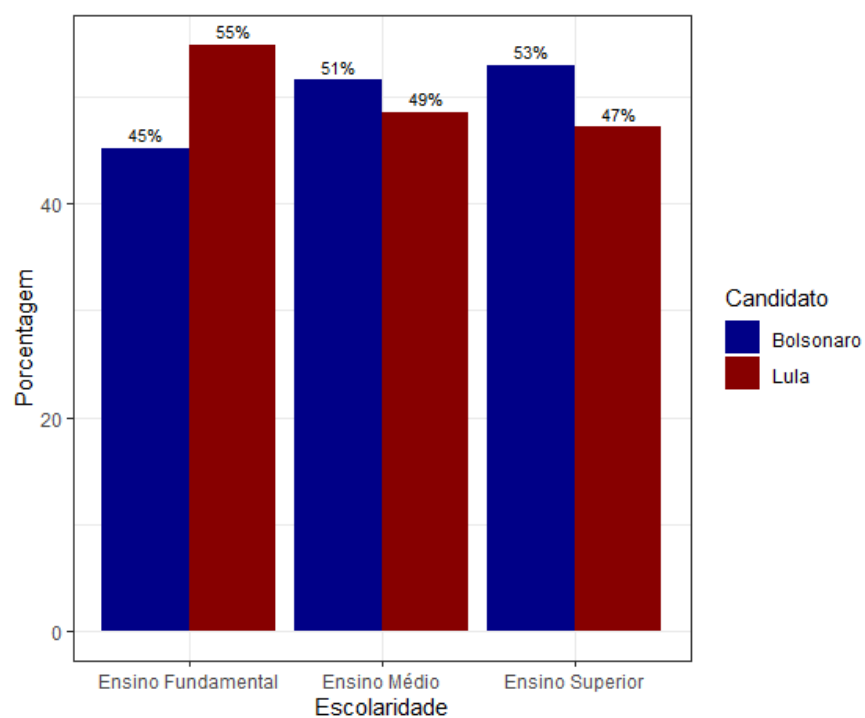
Seguindo o foco da nossa análise de classes, o Gráfico 1 indica uma semelhança entre o estado e o resto do país: quanto menor a renda, maior o apoio ao PT e vice-versa (Singer, 2023; Borenstein, 2024; Nunes e Traumann, 2024). O mesmo é encontrado no Gráfico 2 sobre escolaridade, nos indicando uma similaridade entre os eleitores de baixa renda e que possuem apenas ensino fundamental – que têm grandes chances de serem os mesmos. A camada subproletária mostra sua preferência independentemente de onde se encontra, reforçando o que foi dito antes sobre a manutenção da polarização entre ricos e pobres no país a despeito das mudanças partidárias. O curioso é o fato do partido dos pobres ter se mantido o mesmo, diferentemente das últimas duas vezes que houveram mudanças que impactaram a viabilidade dos partidos competitivos (Singer, 2018).

Gráfico 1 - Porcentagem de Votos por Renda no Estado de São Paulo no 2º turno da eleição de 2022



Fonte: Elaboração própria a partir da base de dados do Instituto Datafolha.

Gráfico 2 - Porcentagem de Votos por Escolaridade no Estado de São Paulo no 2º turno da eleição de 2022

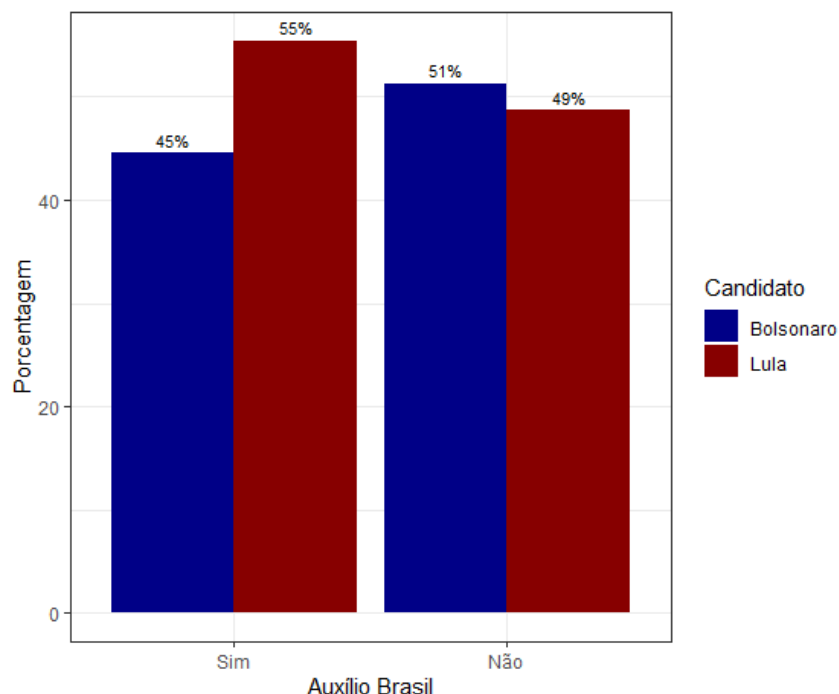


Fonte: Elaboração própria a partir da base de dados do Instituto Datafolha.

No Gráfico 3 seguinte, dos beneficiários do Auxílio Brasil – programa substituto do Bolsa-Família durante o governo Bolsonaro –, vemos uma estranha inversão. Assume-se, geralmente, que o candidato que leva adiante uma política pública seja recompensado por isso: nessa premissa que se constrói as análises do PBF para o realinhamento (Hunter e Power, 2007). No entanto, vemos que Bolsonaro não colheu os frutos do aumento exorbitante do AB, que, à época da pesquisa do Datafolha, figurava nos 600 reais. Como mostrou a pesquisa do Carta Capital⁴, analisada por Singer (2023), o eleitorado sabia que o responsável pelo aumento era o então-Presidente Bolsonaro, mas também sabia que o aumento tinha previsão para acabar em dezembro de 2022 – tornando o aumento visivelmente “eleitoreiro”, dando a entender que ao fim do ano, voltariam à época da pandemia que Bolsonaro diminuiu o valor do auxílio, os deixando à própria sorte novamente. Além disso, Moura e Trevisan (2024) apontam para outros dois fatores: 1. a inflação diminuiu o poder de compra e fez com que os 600 reais de 2022 não equivalesse aos 600 reais de 2020 (segundo os autores, o valor corrigido teria de ser 725); 2. o custo de vida nas cidades grandes é maior do que nas cidades pequenas, diminuindo ainda mais o valor dos 600 reais – cidades como Campinas, Santos e Osasco custam tanto ou mais que a capital e o impacto pode ter sido diminuído em cidades como essas.

Gráfico 3 – Porcentagem de Votos por Beneficiários do Auxílio Brasil no 2º turno da eleição de 2022

⁴ Bolsonaro é reprovado por 65% dos beneficiários do Auxílio Brasil, mostra pesquisa. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/cartaexpressa/bolsonaro-e-reprovado-por-65-dos-beneficiarios-do-auxilio-brasil-mostra-pesquisa/>. Acesso em 11/04/2026.



Fonte: Elaboração própria a partir da base de dados do Instituto Datafolha.

Seguindo para o voto religioso no Gráfico 1 do Anexo, percebe-se que o voto evangélico tem uma preferência clara – a maior porcentagem dentre as vistas até então – que só se assemelha aos não-religiosos, que estão do outro lado do espectro político. Os católicos e as outras religiões mostram, em comparação, um apoio dividido, mas que pende para o candidato petista. É muito provável que um candidato fervorosamente evangélico tenha afastado os eleitores de outras religiões, em especial os que não possuem nenhuma.

Olhando os resultados de gênero no Gráfico 2 do Anexo, observamos a preferência das mulheres no estado de São Paulo pelo candidato petista – novamente, resultado similar ao nacional (Borenstein, 2024). Isso, provavelmente, se deve à percepção do eleitorado que o último é mais hostil às mulheres do que o primeiro, como encontrou uma pesquisa do Datafolha⁵. Além disso, os apelos masculinos de Bolsonaro, sua polêmica em relação à campanha anti-estupro, o desprezo pelo feminismo junto de uma religião que prega mais firmemente a obediência da mulher face ao homem e à família tradicional parecem ter aproximado o eleitorado masculino às custas do voto feminino.

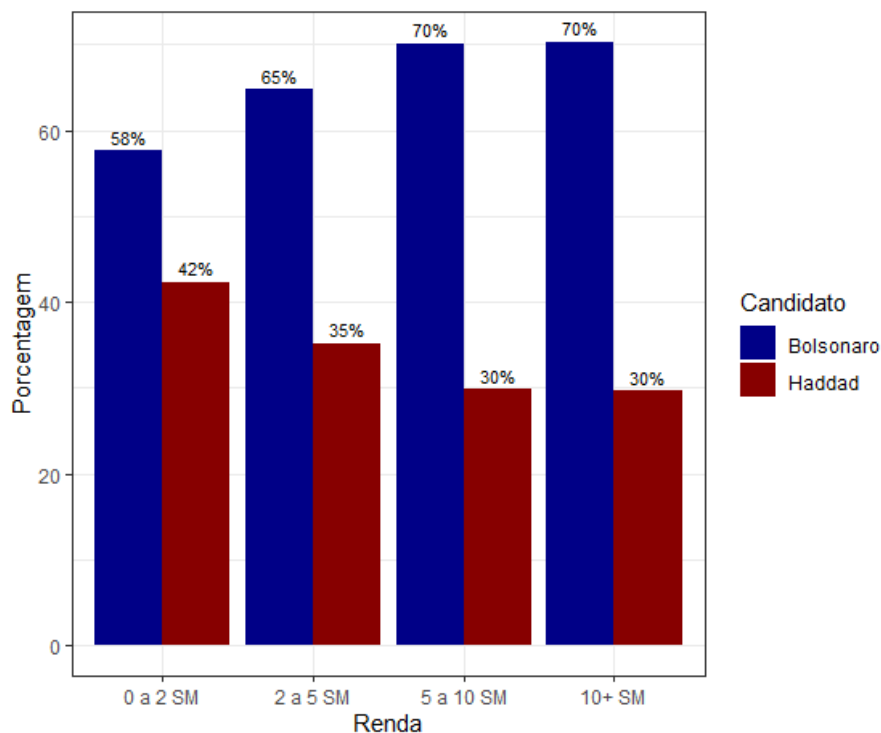
⁵ Disponível em:

(<https://datafolha.folha.uol.com.br/opiniao-e-sociedade/2022/10/bolsonaro-e-visto-como-candidato-que-mais-ataca-mulheres.shtml>).

Por último, temos o Gráfico 3 em anexo que mostra a preferência dos eleitores de São Paulo segundo a faixa etária. Os mais jovens apoiaram o Partido dos Trabalhadores enquanto os de 35-44 anos apoiaram Bolsonaro, não havendo relação entre outras faixas etárias e o voto.

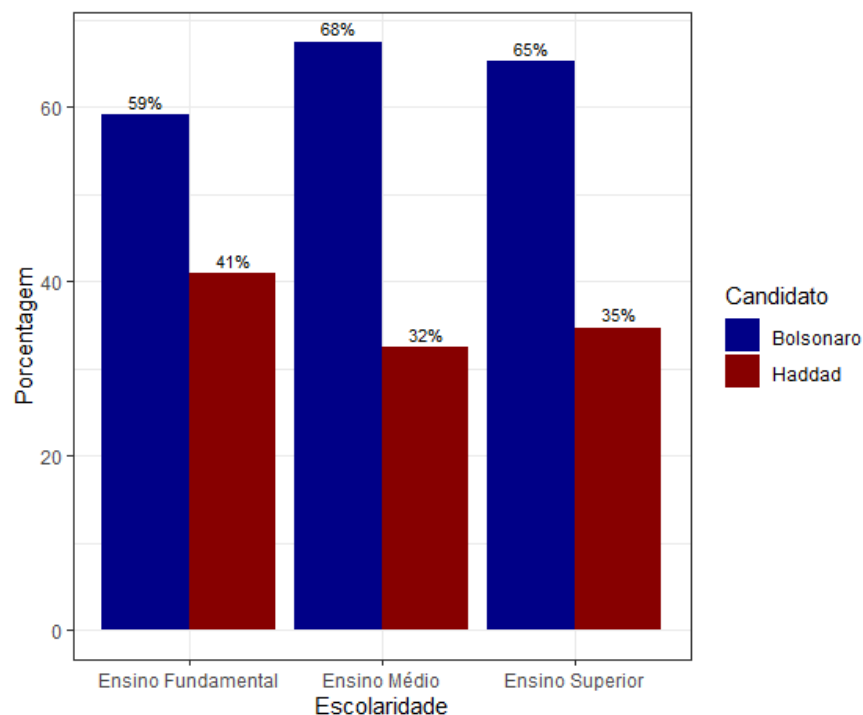
Observando os dados de 2018, vemos dois cenários completamente distintos. No Gráfico 4 e Gráfico 5 abaixo, sobre renda e escolaridade, observa-se que apesar de uma preferência relativa dos mais pobres e menos escolarizados ao PT, este partido não vence em nenhum dos segmentos, saindo derrotado até mesmo pelos eleitores de baixíssima renda – muito diferente das pesquisas nacionais que mostram a preferência destes pelo PT e do pleito seguinte analisado anteriormente. Se Bolsonaro conseguiu um apoio independente de classe no estado, este o perdeu na eleição seguinte – mesmo sem perder o estado, perdeu grande parte dos eleitores de baixa renda que tinha conquistado enquanto manteve os eleitores de classe média e alta.

Gráfico 4 – Porcentagem de Votos por Renda no Estado de São Paulo no 2º turno da eleição de 2018



Fonte: Elaboração própria a partir da base de dados do Instituto Datafolha

Gráfico 5 – Porcentagem de Votos por Escolaridade no Estado de São Paulo no 2º turno da eleição de 2018



Fonte: Elaboração própria a partir da base de dados do Instituto Datafolha.

Já os dados sobre gênero e faixa etária – no Gráfico 5 e Gráfico 6 do anexo, respectivamente – reforçam o tamanho da vitória de Bolsonaro no estado, revelando não haver nenhum segmento que tenha apoiado mais o candidato do PT. Vemos que as mulheres e os mais jovens também estavam mais próximas de Bolsonaro no ano de 2018, mesmo que sem o entusiasmo dos homens e das outras faixas etárias. Sobre esta última, é curioso que a probabilidade de votar em Bolsonaro aumenta conforme aumenta a idade, tendência que se perde na eleição seguinte.

Ou seja, apesar de ter repetido sua vitória, Bolsonaro perdeu uma grande parcela do eleitorado paulista que tinha se entusiasmado com sua candidatura, vencendo com uma porcentagem muito menor que a da eleição anterior. Os eleitores do estado, independente de classe social, gênero, escolaridade e idade, aproximaram-se da figura de Bolsonaro no ano de sua estréia na eleição presidencial, mas no pleito seguinte, passaram a demonstrar preferências mais delimitadas de acordo com suas clivagens, com a maior diferença sendo a de classe. Os mais pobres e os menos escolarizados trocaram seu voto enquanto a classe média e alta permaneceram com o mesmo, apesar da mudança de partido do candidato.

Podemos concluir que, entre as duas eleições, o estado de São Paulo aproximou-se do padrão de votação do resto do país.

CONCLUSÃO

Analizamos aqui o funcionamento da política democrática no Estado capitalista. Afirmamos que a eleição é uma forma de organizar a luta de classes, não uma forma de anulá-la. Os partidos possuem bases sociais cuja pedra angular são as classes, e estas se organizam e se representam pela luta do poder político na democracia⁶, mesmo que signifique ganhos limitados e reversíveis pelo sistema de alternância de poder inerente a ela (Przeworski, 1991). Vimos, também, que as condições de luta mudam historicamente e os partidos podem perder e ganhar bases sociais distintas, de acordo com o desenvolvimento histórico de um país e as medidas tomadas pelos partidos quando se encontram no poder – as classes, principalmente as populares, não se alinham automaticamente ao partido que representaria os mais pobres: exemplo-mor é o caso do Brasil e o PT, que levou anos para receber o voto da camada subproletária do país, sendo antes apoiado pela classe média e tendo conquistado o apoio da primeira apenas no exercício do poder (Singer, 2012).

Apesar da crise política, que envolve tanto a operação lava-jato quanto o golpe de Dilma Rousseff, o PT não perdeu (a nível nacional) sua base subproletária e seu papel como “partido dos pobres” como se deu com o PTB e com o MDB (Singer, 2018). A reorganização se deu no campo da classe média e dos mais ricos, com o fim da competitividade presidencial que o PSDB teve até o ano de 2014, com esses eleitores passando a votar na figura de Jair Bolsonaro, candidato do PSL e do PL em 2018 e 2022, respectivamente. Então, apesar da queda do PSDB, identificamos uma possível manutenção da polarização entre ricos e pobres. Possível, porque o fato do partido que subiu ao poder representar a extrema-direita pode significar não mais uma polarização débil que leva os partidos ao centro – como ocorreu com o PSDB a partir de 2010, que prometeu ampliação do Bolsa-Família e um aumento maior do salário mínimo que o PT (Singer, 2012) –, mas uma delimitação mais clara entre esquerda e direita, como apontam os trabalhos de identificação ideológica (Singer, 2021; Souza e Freitas,

⁶ “Ao contrário do que parece, o sistema partidário eleitoral expressa e orienta as classes em disputa” (Singer, 2018, p. 132)

2024). Porém, é preciso que haja mais tempo para a confirmação do fenômeno, limitada à duas eleições ao tempo de escrita deste artigo.

Olhando para o objeto principal da nossa pesquisa, o estado de São Paulo, ficamos diante de dois cenários completamente diferentes, apesar do resultado similar. Primeiramente observamos um grande recuo no voto do candidato Bolsonaro entre uma eleição e outra, passando de 68% para 55%. A capital paulista mudou completamente, dando vitória ao candidato petista: um destaque entre as outras capitais do sudeste. Em segundo lugar, vimos que essa diferença tem um caráter claro: a classe. Se em 2018 o voto em Bolsonaro não estava condicionado a nenhuma clivagem em particular, em 2022 este dependeu dos eleitores de classe média e alta para manter sua vitória, perdendo os de classe baixa. Ou seja, o recuo não foi generalizado, mas *localizado* entre os mais pobres, parecendo razoável afirmar que estes foram os responsáveis pela diminuição do voto bolsonarista no estado de São Paulo e corroborando nossa segunda hipótese em detrimento da primeira e da terceira hipótese.

As razões para esse acontecimento, isto é, a mudança dos votos dos mais pobres, estão sendo consideradas. Até o presente momento desta pesquisa em andamento, consideramos que a gestão da pandemia da COVID-19 pode ter sido o principal fator (Moura e Trevisan, 2024), sendo a constante elevação do número de mortes, o descaso com a situação de Manaus, e o abandono do Auxílio Emergencial (AE) – que tinha trazido alívio econômico e apoio político ao governo – estando diretamente relacionados à queda de popularidade do então Presidente, que nunca mais a recuperou para os níveis pré-pandêmicos. O impacto dessas questões na população mais pobre parece evidente: foram eles os mais dependentes do SUS, e logo, do governo federal, que de um lado prejudicou o tratamento correto da COVID-19, assim como a sua vacinação (Moura e Trevisan, 2024); e de outro por ter acabado com o AE de 600 reais, que cobriu 67 milhões de pessoas, tinha diminuído a desigualdade social e levado a pobreza extrema a seu menor patamar: 1,95% (Singer, 2023). Além disso, o aumento subsequente do AB em período eleitoral pode não ter surtido efeito por conta da memória do que foi o AE na pandemia.

Enquanto isso, os donos de empresas do setor de serviços e pequenos proprietários – pertencentes à classe alta e à classe média-baixa urbanas, respectivamente – constituíram a base de apoio de Bolsonaro (Singer, 2023). No entanto, é importante dizer que uma grande parte dos eleitores deste candidato se localizam, principalmente, nas áreas onde o agronegócio

é mais forte, e não à toa: foi o setor que mais cresceu, mesmo durante o período pandêmico (Singer, 2023). As regiões do agronegócio desfrutam de “emprego, dólares e cidades habitáveis, onde seus habitantes podem curtir música sertaneja, tiro esportivo e fervor de direita” (Singer, 2023, p. 16, tradução nossa), criando bases materiais e ideológicas para o apoio neste candidato. Essa é uma possível explicação também para o apoio dessas classes no estado de São Paulo, lugar que comporta tanto um interior próspero pelo agronegócio quanto grandes cidades compostas de uma grande classe média-baixa e grandes empresários de serviços.

REFERÊNCIAS

- AVRITZER, Leonardo; SANTANA, Eliara; BRAGATTO, Rachel Callai. **Eleições 2022 e a reconstrução da democracia no Brasil**. 1. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2023. ISBN 978-65-5928-251-7;
- BOITO JR., A. **Estado, política e classes sociais: ensaios teóricos e históricos**. São Paulo: Ed. Unesp, 2007, p. 137-151;
- BORENSTEIN, C. E. B. Os Pilares Sociodemográficos do Voto em Lula nas Eleições de 2022. **Revista Intratextos**, V. 15, n 1, 2024;
- FIGUEIREDO, A. C., et al. “Partidos e distribuição espacial dos votos na cidade de São Paulo (1994- 2000)”. **Novos Estudos CEBRAP**, nº 64, p. 153-176, 2002;
- HUNTER, W.; POWER, T. J. Rewarding Lula: executive power, social policy, and the Brazilian elections of 2006. **Latin American Politics and Society**, v. 49, n. 1, p. 1-30, 2007;
- LIMONGI, F.; GUARNIERI, F.. Competição partidária e voto nas eleições presidenciais no Brasil. **Opinião Pública**, v. 21, n. 1, p. 60–86, abr. 2015;
- LIMONGI, F.; MESQUITA, L. “Estratégia partidária e preferência dos eleitores. As eleições municipais em São Paulo entre 1985 e 2004”. **Novos Estudos CEBRAP**, nº81, 2008;
- LIPSET, Seymour Martin. **Political Man: the social bases of politics**. Garden City, N.Y.: Doubleday, 1960;
- MARX, Karl. **O 18 Brumário de Luís Bonaparte**. São Paulo, Boitempo, 2011 [1852].
- MEDEIROS, Diogo Frizzo de. **Da classe média à periferia? O PT nas eleições municipais paulistanas (1996-2012)**. 2013. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) - Faculdade de

Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013. doi:10.11606/D.8.2013.tde-10042014-122715. Acesso em: 06 mar. 2026;

MOURA, M. e TREVISAN, M. C. **Voto a voto: os cinco principais motivos que levaram Bolsonaro a perder (por pouco) a reeleição**. Rio de Janeiro: Telha, 2024;

NUNES, Felipe e TRAUMANN, Thomas. **Biografia do abismo**. HarperCollins Brasil. Edição do Kindle, 2024;

RANULFO MELO, C. DEMOCRACIA, DIREITA E “LULA 3”: a eleição de 2022 e seus desdobramentos. **Caderno CRH**, [S. l.], v. 37, p. e024002, 2024. DOI: 10.9771/ccrh.v37i0.55270. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/crh/article/view/55270>. Acesso em: 11 abr. 2026.;

SINGER, A. **Os sentidos do lulismo: reforma gradual e pacto conservador**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012;

_____. **Lulismo em crise: um quebra-cabeça do período Dilma**. São Paulo: Companhia das letras, 2018;

_____. A reativação da direita no Brasil . **Opinião Pública**, v. 27, n. 3, p. 705–729, set. 2021;

_____. Lula's Return. **New Left Review**, London, vol. 139, jan-fev, 2023

SILOTTO, Grazielle. Mapeando a competição: padrões de votação em São Paulo entre 2008 e 2016. **Revista Parlamento e Sociedade**, [S. l.], v. 5, n. 8, p. 97–123, 2017. Disponível em: <https://parlamentoesociedade.emnuvens.com.br/revista/article/view/37>. Acesso em: 10 abr. 2026;

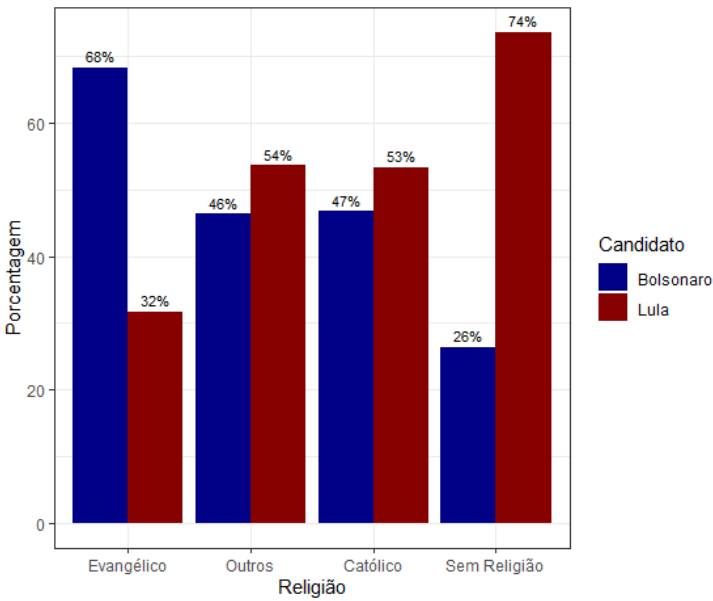
SOUZA, L. S. E. e FREITAS, A. M. de. **As determinantes do voto no segundo turno das eleições presidenciais (2002-2022): avaliação de desempenho, preferência partidária e identificação ideológica**. 1 ed. Rio de Janeiro: Telha, 2024;

PRZEWORSKI, Adam. **Capitalismo e social-democracia**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

ZOLNERKEVIC, A.; GUARNIERI, F.. Eleições municipais de 2016 e 2020 em São Paulo: resultados diferentes, alinhamentos iguais. **Opinião Pública**, v. 29, n. 1, p. 133–165, jan. 2023.

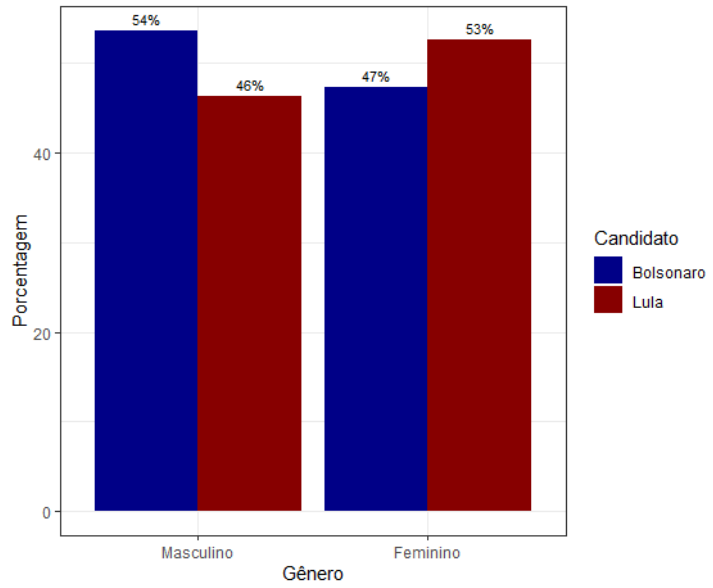
ANEXO

Gráfico 1 (Anexo) – Porcentagem de Votos por Religião no Estado de São Paulo no 2º turno da eleição presidencial de 2022



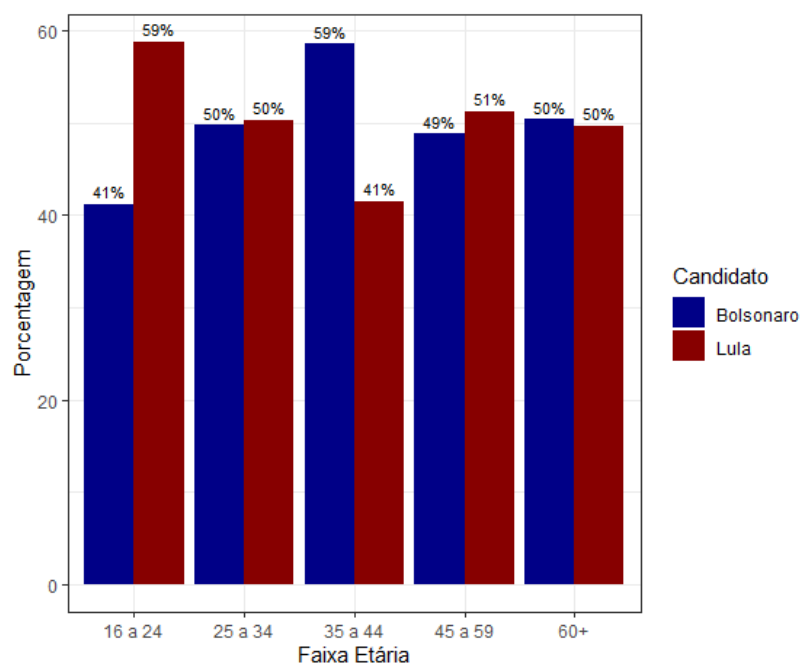
Fonte: Elaboração própria a partir da base de dados do Instituto Datafolha.

Gráfico 2 (Anexo) – Porcentagem de Votos por Gênero no Estado de São Paulo no 2º turno da eleição presidencial de 2022



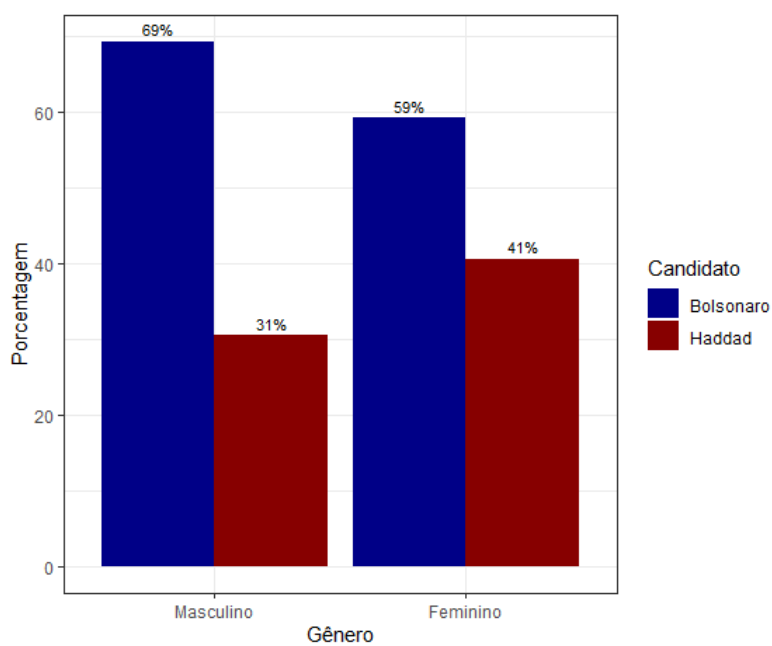
Fonte:Elaboração própria a partir da base de dados do Instituto Datafolha.

Gráfico 3 (Anexo) Porcentagem de Votos por Faixa Etária no Estado de São Paulo no 2º turno da eleição de 2022



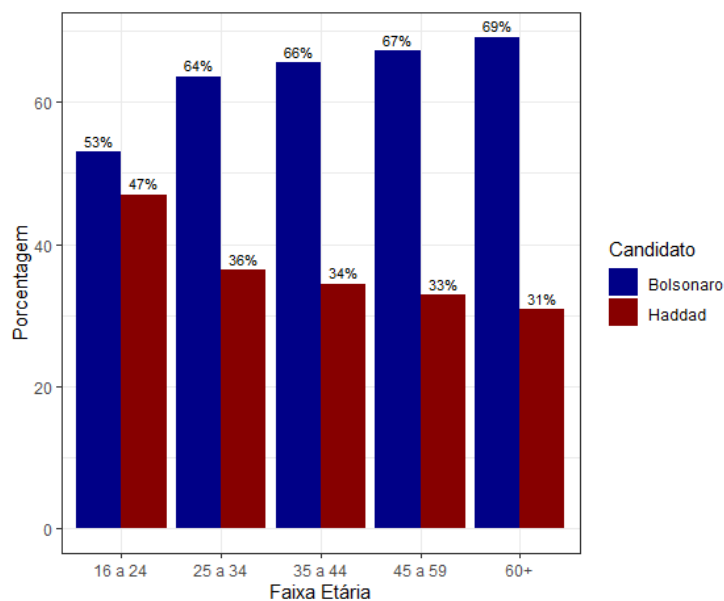
Fonte: Elaboração própria a partir da base de dados do Instituto Datafolha.

Gráfico 4 (Anexo) – Porcentagem de Votos por Gênero no Estado de São Paulo no 2º turno da eleição de 2018



Fonte: Elaboração própria a partir da base de dados do Instituto Datafolha..

Gráfico 5 (Anexo) – Porcentagem de Votos por Faixa Etária no Estado de São Paulo no 2º turno da eleição presidencial de 2018



Fonte: Elaboração própria a partir da base de dados do Instituto Datafolha..

CHECKLIST PARA PAPER COMPLETO	
NORMAS	ASSINALAR COM “✓“ OU “OK”
Logo do 14º SNS&P na primeira página	
Texto entre 12 e 15 páginas (excluindo capa e referências)	
Formato de papel A4	
Margens superior e esquerda: 3 cm; inferior e direita: 2 cm	
Fonte Times New Roman, tamanho 12	
Recuo de 1,25 cm para a primeira linha de cada parágrafo	
Espaço entre linhas de 1,5	
Referências conforme normas o “Manual de Normalização de Documentos Científicos de acordo com as normas da ABNT” [UFPR]: < https://acervodigital.ufpr.br/handle/1884/73330 >	
Conversão do arquivo em .pdf	

